

MEMÓRIAS DE UM EX-MILITAR

————— Vitor Pássaro

Após um chumbo no Curso de Formação de Montadores Electricistas ministrado na Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva, no Barreiro, localidade onde vivia, entendi que era chegado o momento de aliviar os meus pais, operários e de parcos recursos, dos encargos que a escola obrigava, pelo que resolvi procurar trabalho em empresa da área da minha opção de estudo.

Aos dezasseis anos e após consulta do “Diário de Notícias”, jornal que, à época, era muito procurado pela grande quantidade de anúncios de oferta de trabalho que publicava, consegui emprego em Março de 1968 como aprendiz de electricista, numa empresa de média dimensão, de Lisboa, trabalhando de dia e continuando os estudos à noite.

Foram tempos difíceis, que obrigavam a levantar da cama bem cedo para ir trabalhar na grande cidade (e, às vezes, para fora dela) e prosseguir depois com as aulas até perto da meia-noite. Mas, trabalhando e estudando, concluí o curso para o qual me tinha inscrito. Em 1970, a empresa onde trabalhava abriu vaga para o lugar de desenhador electrotécnico, candidatei-me e consegui garantir o lugar. Simultaneamente, entendi prosseguir os estudos e inscrevi-me na então Secção Preparatória para o Instituto Industrial que, à época, tinha uma duração de três anos por ser ministrada em regime nocturno. Concluí apenas o primeiro ano com boas classificações em Matemática e Físico-Química, disciplinas fundamentais para quem pretendia prosseguir os estudos na área de engenharia. A frequência do segundo ano da Secção Preparatória não foi concluída por ter chegado o dia de ser chamado para o cumprimento do Serviço Militar Obrigatório, ficando na minha mente a ideia de retomar os estudos após a conclusão do S.M.O.

Entretanto, ao integrar um grupo de jovens que, no Barreiro, procuravam desenvolver um conjunto de actividades que permitissem uma consciencialização política mais desenvolvida, fui ganhando a noção de que da discussão e análise dos problemas que afectavam o país antes da queda da ditadura, e em particular os jovens, pontificava o fim do regime e da guerra colonial. Paralelamente, ouvia o meu pai referir que por vezes escutava, á vez com o

meu avô, as emissoras clandestinas Rádio Portugal Livre, Rádio Argel e Rádio Moscovo e até a BBC, quando o espectro radiofónico não estava demasiado atrofiado, no pequeno rádio que, com algum sacrifício, o meu pai havia adquirido a prestações porque não havia dinheiro para o pagar de uma assentada. E a escuta das rádios, com o som baixo, era feita à vez com o meu avô porque era preciso vir até ao exterior da casa para verificar se não havia nas proximidades gente da pior espécie, pois a PIDE existia e a bufaria que o governo criara exigia que se tivesse cuidados redobrados para não se ser escutado, já que as consequências seriam gravosas.

Nos anos de 1971 e 1972 este grupo de jovens lançou-se na iniciativa de comemorar o Dia da Criança que em Portugal é comemorado oficialmente no dia 1 de Junho de cada ano, sendo uma efeméride assinalada pela primeira vez em 1950 por iniciativa das Nações Unidas. Partindo praticamente do zero, foi possível conquistar o apoio da população do Barreiro bem como o extraordinário apoio do comércio local que contribuiu das mais diversas formas para os êxitos das iniciativas com ofertas de diversos materiais (canetas, lápis, papéis, tintas, pincéis, barro, etc.) e com o controlo permanente de toda a rede de agentes e bufos da PIDE.

Com o aproximar da idade de ingresso no serviço militar de vários membros do grupo de jovens, já não foi possível levar a cabo em 1973 a comemoração do Dia da Criança que tantos êxitos tinham alcançado nos anos anteriores. Ainda assim, alguns de nós participámos no III Congresso da Oposição Democrática que se realizou em Abril de 1973, em Aveiro, acontecimento de particular importância na luta contra a ditadura, iniciativa que se veio juntar à luta dos democratas portugueses contra o regime opressor e que se mostrou como um forte impulso para o 25 de Abril de 1974.

O fim da guerra colonial, desejo da esmagadora maioria, senão da totalidade, dos jovens em idade militar, só seria possível com a queda do regime fascista. Era uma preocupação permanente as consequências que a guerra poderia acarretar para todos e, não raro, as preocupações centravam-se na formação militar após a recruta, que era tema de conversa quase obrigatória entre todos os que se encontravam nesta situação.

Para além disso, o ingresso no Serviço Militar Obrigatório (S.M.O.) e a eventual partida para a frente de guerra, era um obstáculo grande que se punha na vida profissional ou de estudante de quase todos durante um pe-

ríodo de cerca de quatro anos. Para aqueles que se encontravam a estudar e solicitavam o adiamento da incorporação, estavam ainda sujeitos ao regime de procedência, pois o chumbo numa qualquer disciplina escolar implicava o imediato ingresso na vida militar.

Ingressei no S.M.O. em 17 de Julho de 1973 no Destacamento da Escola Prática de Cavalaria (E.P.C.), em Santarém, onde fiz a recruta como instruendo do Curso de Sargentos Milicianos (C.S.M.). O meu comandante de pelotão era o Aspirante Sampaio, um homem educado e de bom trato e que mais tarde viria a fazer parte da coluna do Capitão Salgueiro Maia no 25 de Abril.

As memórias desse tempo de recruta não são as mais agradáveis, desde logo pela mudança radical que a minha vida, tal como a de milhares de jovens, sofreu.

As instalações de Santarém onde os recrutas estavam alojados eram muito desagradáveis já que as camas estavam equipadas com “modernos” colchões e almofadas de palha, os “armários” eram pequenos caixotes de madeira que se guardavam debaixo das camas e que mal davam para acondicionar os víveres que, ao fim de semana levávamos de casa, e os beliches estavam permanentemente providos de percevejos que nem os insecticidas que levávamos conseguiam exterminar por completo. No refeitório, as mesas eram de pedra e com um aspecto tenebroso, mas em contrapartida, a parada interior devia estar permanentemente limpa. Retenho o episódio de um Tenente me chamar para que retirasse um “barrote” (feito pau de fósforo) do seu caminho para que pudesse passar.

Quero referir que nunca percebi em que é que este tipo de atitude por parte de alguns oficiais possibilitaria uma melhor formação de âmbito militar. Também a qualidade da comida era sempre posta em causa e tivemos a oportunidade de fazer um levantamento de rancho no dia em que a dobrada exalava um cheiro pestilento, talvez por não terem sido seguidas as regras da correcta confecção. Pelo Oficial de Dia de serviço foi chamado o comandante do Grupo de Instrução, que ameaçou todos os recrutas com fins-de-semana cortados, mas por fim acabou por reconhecer que tínhamos razão e mandou fazer uma refeição rápida para todos.

Terminada a recruta, seguir-se-ia a especialidade, transmitida, após grande expectativa, pelo comandante de pelotão e lá segui para Vendas Novas para a Escola Prática de Artilharia (E.P.A.), onde frequentei a especialidade

de P.C.T. - Posto Central de Tiro. Como curiosidade, posso referir que dos dezoito militares que frequentavam a especialidade, dezasseis eram desenhadores, (sendo eu o único da área de electricidade), talvez pela facilidade que tínhamos em utilizar, na vida profissional, as pranchetas de desenho, os tês, os esquadros, os transferidores, etc. Em visita recente à minha antiga unidade, hoje designada Regimento de Artilharia 5, soube pela voz do senhor Director de Formação do RA5, que os equipamentos que utilizei na formação ainda são usados na actual formação dos militares, apesar de toda a evolução tecnológica. Em Vendas Novas as instalações na unidade não eram comparáveis com as do Destacamento da E.P.C., pois as camas tinham colchões e almofadas de espuma, armários metálicos para cada um e as mesas do refeitório, sendo de tampo de pedra, tinham toalhas plásticas a cobri-las. Recordo-me de um camarada dizer que parecia que estávamos num hotel, por comparação com a unidade de Santarém. Concluída a especialidade em Dezembro/73, e já como cabo-miliciano fiquei colocado na E.P.A., transitando mais tarde para o Grupo de Instrução.

Com o passar do tempo fui estabelecendo naturais contactos com outros militares e foi assim que em contacto com o também cabo-miliciano Sequeira íamos falando sobre a situação política e as perspectivas que o futuro nos reservava, enquanto militares, em função da especialidade de cada um.

É então que chegamos ao 16 de Março de 1974, conhecido como o golpe das Caldas, tendo a E.P.A. entrado de prevenção como consequência da iniciativa daqueles militares. Recordo-me que, pela entrada da noite, estava a conversar com o Sequeira na parada interior e em frente ao bar de sargentos, sobre o ocorrido, quando se aproxima de nós o Tenente Andrade da Silva. Perguntámo-lhe o que se estava a passar, pois falava-se na possibilidade de um golpe de extrema-direita dirigido pelo General Kaúlza de Arriaga, mas a abertura do Tenente não foi grande, nem dando qualquer informação sobre o que deu origem àquela iniciativa militar, (compreensível porque a PIDE ainda existia) mas sempre comentou que “vinha observar o estado de espírito dos Furriéis”.

Após a normalização da actividade dos militares na unidade e com os contactos já estabelecidos entre gente que se considerava antifascista e pelo fim da guerra colonial, o ocorrido em 16 de Março teve o condão de despertar em alguns militares, em especial nos cabos-milicianos, a ideia de que algo de importante, do ponto de vista militar, estaria para acontecer. Essas conver-

sas, esses contactos, prosseguiram ainda que com as cautelas que a situação impunha, pois o regime fascista existia, a repressão mantinha-se e a PIDE continuava a existir.

Até que chegou aquela noite mágica de 25 de Abril de 1974.

“ESTA É A MADRUGADA QUE EU ESPERAVA
O DIA INICIAL INTEIRO E LIMPO
ONDE EMERGIMOS DA NOITE E DO SILÊNCIO
E LIVRES HABITAMOS A SUBSTÂNCIA DO TEMPO”

Sophia de Mello Breyner Andresen

Desconhecendo por completo o que estava planeado, foram todos os cabos-milicianos chamados para uma reunião urgente a realizar na messe de Sargentos e onde o Tenente Andrade da Silva expôs a situação.

- “Está em curso uma acção militar com vista a derrubar o regime, pôr fim à guerra colonial e instaurar a democracia”, pelo que se impunha saber quem aderiria à iniciativa.

Depois de alguns esclarecimentos adicionais e de sabermos que os comandantes da E.P.A. já tinham sido detidos, todos os Cabos-Milicianos deram de imediato o seu apoio a tal desiderato. Dado mais este passo pela unidade para dar cumprimento ao Plano de Operações definido e enquanto se procedia à formação das equipas que iriam partir para o Cristo-Rei, pude conversar com outros militares sobre a iniciativa em curso e a expectativa da deposição do regime, do fim da guerra colonial e da instauração da democracia. O desejo de participar activamente nas operações militares que à E.P.A. caberia efectivar ficou, inicialmente, posto em causa, pois o Tenente Andrade da Silva já tinha formado o seu pelotão, tendo eu e o Sequeira ido manifestar-lhe o desejo de partilharmos com ele a honra da nossa participação na iniciativa, o que foi atendido.

Pelas 03H00 da madrugada de 25 de Abril de 1974, numa noite muito fria, escura e chuvosa, partiu a coluna militar com destino ao Cristo-Rei, no Pragal, Almada, onde chegámos pelas 07H00. O trajecto desde Vendas Novas ia sendo monitorizado pelo Tenente Nave e Aspirante Nuno, em viatura civil, de modo a tentar evitar qualquer obstáculo que a G.N.R. pudesse vir a criar, obstáculo que se verificou de forma inesperada e diferente quando a coluna

militar ficou “partida” por se ter encerrado uma passagem de nível, mas que, após a abertura da mesma, rapidamente a marcha foi retomada.

No acesso ao Pragal e Cristo-Rei os militares da E.P.A. tiveram logo os primeiros sinais de apoio do povo quando uma trabalhadora de padaria nos veio entregar, com um enorme sorriso de satisfação (talvez por já ter ouvido os comunicados do M.F.A. na rádio), um grande saco de plástico com mais de cem carcaças. Foi este o primeiro sinal de que o povo de Almada estava com os militares, estava com o 25 de Abril.

Instalada e em posição a bateria de obuses 8,8cm, com os obuses apontados para os objectivos previamente definidos na Ordem de Operações, coube à companhia de artilharia o cumprimento das acções determinadas pelo Posto de Comando. A primeira acção consistiu em ir ao Forte da Trafaria libertar os militares detidos na sequência do 16 de Março. Apesar de ter havido algumas dificuldades criadas pelo comandante do Forte para a libertação dos detidos e tendo este verificado a colocação do obus 8,8 cm em tiro directo dirigido para os portões do Forte, o objectivo foi alcançado, os militares detidos foram libertados e, depois de breve passagem pelo Cristo-Rei, foram apresentar-se no Posto de Comando do Movimento. Também na Trafaria e por iniciativa exclusiva dos oficiais da E.P.A., todos os militares do Posto da G.N.R. local foram detidos e levados para o Cristo-Rei, por forma a desmobilizar qualquer eventual iniciativa que pudessem tomar contra o 25 de Abril, sendo mais tarde mandados regressar ao seu Posto de trabalho.

Durante a nossa estadia no Cristo-Rei, retenho o episódio passado com os fuzileiros, (que na altura ainda mostravam grande ambiguidade em relação aos objectivos do Movimento), e que pretendiam atravessar a Ponte sobre o Tejo de modo a atingirem objectivos (para os militares da E.P.A.) pouco claros. Para o poderem fazer, teriam que efectuar o sinal combinado de agitação das boinas sem o qual nunca poderiam atravessar a ponte e gerar-se-ia um conflito bélico entre militares.

Ultrapassada esta dificuldade, pela correcta actuação dos fuzileiros, houve novo episódio marcante na memória e que foi o relacionado com a fragata Gago Coutinho. Estacionada em frente ao Terreiro do Paço, a fragata estaria pronta para afrontar as forças do Capitão Salgueiro Maia. Se o fizesse, os obuses 8,8 cm apontados para a mesma por ordem do Posto de Comando, tê-las iam bombardeado. Felizmente e por acção do imediato, comandante Caldeira

Santos, (conheci-o 40 anos mais tarde) e dos restantes militares do navio, tal acção foi abortada.

Na sequência das operações militares que o Movimento desenvolvia e à medida que algumas dificuldades surgiam, o Posto de Comando determinou-nos a tarefa da deslocação da companhia de artilharia até ao quartel da Polícia Militar, já que, até aquela altura, a atitude desta unidade não era totalmente clara em relação aos objectivos pretendidos. A companhia de artilharia ficou estacionada no largo próximo, tendo à sua frente a Polícia Militar e no lado oposto o Regimento de Cavalaria 7, uma unidade leal ao regime fascista. Felizmente que não houve qualquer conflito entre militares, já que a decisão de estacionar entre duas unidades militares hostis não foi a decisão acertada do ponto de vista militar. Ultrapassada esta dificuldade, os nossos oficiais procederam a demoradas conversações com os militares da Polícia Militar, tendo os restantes militares da E.P.A. esperado ao frio e á chuva pelo seu resultado e que, sendo positivo, terminou com os graduados de ambos os lados em aberto convívio.

Durante a permanência da E.P.A. no Cristo-Rei, os militares puderam sentir o carinho e apoio das gentes do concelho de Almada (bem como dos concelhos próximos), quando puseram de parte as rações de combate de que eram portadores e foram alimentados com comida quente confeccionada durante os três dias de estadia naquelas paragens.

Terminadas as operações militares e antes da partida para o regresso a Vendas Novas, toda a gente queria ter uma recordação daquele período inesquecível e pediam aos militares uma bala. Após autorização dos nossos comandantes, a cada munição era retirada a pólvora e desactivado o detonador, após o que era entregue a bala a quem tinha solicitado tal lembrança, notando-se a presença de muitos jovens.

Dada ordem de regresso à unidade, todo o trajecto foi percorrido entre alas de gente que ladeava as estradas. A despedida do Pragal foi emocionante, com milhares de pessoas a vitoriarem o Movimento da Forças Armadas e os militares da EPA. À entrada de Setúbal, um homem irradiando alegria pelo derrube do fascismo e vitoriando as Forças Armadas, foi ao bolso e retirou um punhado de moedas, que atirou para a viatura, dizendo:

“Tomem lá, bebam qualquer coisa. Vivam as Forças Armadas!”

Atravessámos Setúbal no meio de um mar de gente, seguindo-se Alto da Guerra, Gâmbia, Águas de Moura, Pegões e Vendas Novas, sempre com muito povo a ladear a estrada. Somos vitoriados por onde passámos e quando estamos na casa dos vinte anos temos tendência para nos sentirmos heróis. Pela minha parte, para além da grande honra de ter participado no 25 de Abril, o meu grande orgulho foi este facto ter permitido o derrube do fascismo, um regime hediondo que levou à prisão, tortura e morte de muitos portugueses, entre os quais amigos e familiares meus.

Após o regresso a quartéis, iniciou-se o processo de consolidação da democracia. No âmbito estritamente militar foi criado o Gabinete de Dinamização da Unidade, (G.D.U.) que visava promover o debate e esclarecimento dos militares da unidade e proporcionar-lhes também momentos de lazer como a projecção de filmes até então proibidos pelo regime fascista, bem como iniciativas de outro tipo. Reiniciámos a publicação do jornal da unidade “A Sulipanta”, que incluía artigos de opinião e informação diversa. A unidade deu ainda apoio e incentivou diversas iniciativas de cariz social, pela habitação, saúde, educação, pelo saneamento básico e pelo emprego.

Com o decorrer do processo democrático, destaco o episódio conhecido da “Maioria Silenciosa” em 28 de Setembro de 1974, que visava destruir algumas conquistas já alcançadas e destituir o General Vasco Gonçalves de Primeiro-Ministro. Na sequência desta situação, a E.P.A. entrou de prevenção rigorosa e do lado certo da democracia, decidindo o comando da unidade da necessidade de implementação de uma segunda secção de piquete que durante alguns dias ficaria colocada no paiol situado no Polígono de Tiro. Num desses dias coube-me a tarefa de comandar uma secção de reforço de piquete, como então se designava, e por pouco não parti para o outro mundo por uma acção inapropriada, no manejo da arma, de um soldado da secção de piquete afecta à unidade e a quem foi dada imediata ordem de prisão pelo oficial de dia.

Em 11 de Março de 1975 verificou-se nova afronta à democracia consubstanciada no ataque ao Ralis, havendo ainda a expectativa de que a E.P.A. pudesse também vir a ser atacada por ser uma unidade altamente empenhada na consolidação do processo democrático. Na sequência desta acção sobre o Ralis, o comandante da E.P.A., coronel Sousa Teles, totalmente equipado, saiu à frente de uma coluna militar que se foi posicionar nas proximidades da povoação de Bombel, pois temia-se que a unidade viesse a sofrer o mesmo que o Ralis. Esta atitude do Coronel Sousa Teles calou fundo junto dos mili-

tares da E.P.A. pelo exemplo de coragem e determinação para com os seus comandados.

Após o 11 de Março de 1975 deu-se início à Reforma Agrária, promovida pelos sindicatos e pelas forças democráticas e apoiada pelo M.F.A.. As lutas dos trabalhadores rurais por um posto de trabalho, por salários justos, foi inteiramente apoiada pelos militares da E.P.A., que procuraram entendimentos entre os agrários e os trabalhadores, nem sempre com os resultados desejados devido às posições altamente conservadoras e reaccionárias dos agrários. Após a ocupação de algumas herdades improdutivas e da formação de cooperativas, a actuação conjunta dos trabalhadores rurais, dos seus sindicatos representativos e do I.R.A. (Instituto de Reorganização Agrária), e ainda com o apoio da E.P.A., por forma a garantir a segurança de todos, sem excepção, foi possível levar por diante a consolidação daquelas organizações de trabalhadores, graças ao grande empenho destes e que a famosa Lei Barreto acabou mais tarde por destruir.

Os militares da E.P.A. e particularmente os que faziam parte do G.D.U. e o apoio permanente do seu comandante procuravam promover sessões de esclarecimento na área de actuação da Unidade (Vendas Novas, Lavre, Montemor-o-Novo, Couço, Casebres, Escoural, Pias, etc.), também com a participação de Sargentos do Quadro Permanente, com o objectivo de dar a conhecer o projecto de sociedade que o M.F.A. pretendia implementar.

Com o objectivo de conhecer e procurar encontrar soluções para resolver os problemas dos trabalhadores rurais, foram realizadas múltiplas iniciativas conjuntas de militares da E.P.A. e delegados sindicais por forma a encontrar soluções para os trabalhadores desempregados, visitando campos e herdades e dialogando com os agrários.

Quero, ainda, recordar que na preparação para as eleições para a Assembleia Constituinte, o M.F.A. considerou importante a realização de diversas acções de Dinamização Cultural e Acção Cívica e incentivou a participação do povo com vista à concretização de uma cidadania participativa. Isso foi conseguido em muitos locais do nosso país em que, com a participação das populações em colaboração com os militares, foi possível ir encontrando soluções para os problemas mais prementes do povo.

Após o 25 de Abril, a luta dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores rurais em particular, por melhores salários, por um horário de trabalho digno,

por condições sociais que desde sempre foram negadas pelo fascismo, mereceu desde a primeira hora da revolução a atenção do M.F.A.

Por isso, os trabalhadores rurais alentejanos puseram mãos à obra e dirigiram-se a herdades abandonadas cujas terras, secas e rijas como pedra e cheias de mato, tinham sido desprezadas pelos seus proprietários. Algumas herdades apenas serviam para acolher os dignitários do regime nas caçadas que promoviam. Quando as herdades eram ocupadas, os trabalhadores diziam que as tomavam para as pôr a produzir.

Só com a luta dos trabalhadores agrícolas foi possível alcançar algumas vitórias que mais tarde a famosa Lei Barreto veio destruir. Mesmo com o empenhamento dos militares da E.P.A. houve situações difíceis de resolver dado o antagonismo de classe entre trabalhadores e grandes agrários.

Todas as situações vividas durante o chamado PREC (e algumas delas acima referidas) permitiram a um jovem de 22/23 anos como eu, ir consolidando a sua consciencialização política. Vivi com enorme alegria, prazer e esperança o 25 de Abril de 1974. Tem sido um caminho difícil, um caminho cheio de contradições próprias da democracia, mas continuo a alimentar o sonho de todos podermos viver em liberdade e democracia, com uma vida digna. Apesar das dificuldades que todos conhecemos, o 25 de Abril continua vivo, continua presente e recomenda-se, pese embora todos aqueles que daquela data histórica têm a mesma aversão que Maomé tinha ao toucinho.

Passei à disponibilidade no fim do mês de Outubro de 1975, e regresssei ao meu posto de trabalho na empresa, tendo pouco tempo depois sido eleito delegado sindical dos Técnicos de Desenho e também eleito membro da Comissão de Trabalhadores.

Foi uma nova experiência que a vida se encarregou de pôr no meu caminho e que procurei desempenhar com grande dedicação e sentido de responsabilidade. A luta por melhores condições salariais e de trabalho era, na época, um dos grandes objectivos dos trabalhadores.

Mais tarde, nos finais da década de oitenta, resolvi dar um novo rumo à minha vida profissional, assumindo maiores responsabilidades na direcção técnica de trabalhos, continuei a estudar e, depois disso, entendi que era chegado o momento de as responsabilidades terem outra dimensão, e dei origem a uma empresa na área das instalações técnicas.

Decorridos que estão cinquenta anos após o 25 de Abril, podemos constatar que os objectivos acima descritos continuam ainda presentes nos dias de hoje, verificando-se o afastamento de trabalhadores com experiência profissional por despedimento ou extinção do posto de trabalho e as maiores dificuldades para os jovens em conseguir emprego (ou o que conseguem é mal remunerado), apesar de serem considerados a geração mais qualificada de sempre, e cuja situação, para não ficar esquecida, urge alterar.

Como um dia escreveu Mia Couto “é o esquecimento e não a morte que nos faz ficar fora da vida”.